

O Programa Escola da Terra e a formação docente na UFRRJ

 Ramofly Bicalho¹,  Pedro Clei Sanches Macedo²,  Suelen Pereira Estevam³

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc / UFRRJ). BR-465, Km 7, Seropédica. Rio de Janeiro, Brasil. ² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP. ³ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

Autor para correspondência/Author for correspondence: ramofly@gmail.com

RESUMO. O presente artigo tem como objetivo central apresentar algumas reflexões acerca dos desafios da formação docente no Programa Escola da Terra, considerando as experiências pedagógicas desenvolvidas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, na interface com as políticas públicas de educação do campo. Desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando entre as fontes de investigação, legislações, portarias e decretos, assim como, referenciais teóricos sobre a educação do campo e o Programa Escola da Terra. Concluímos que a produção coletiva do saber, em parceria com os cursistas, equipe pedagógica, tutores, comunidades e os movimentos sociais de luta pela terra, contribuiu com a valorização das histórias, memórias, desejos e reconhecimento identitário dos sujeitos, individuais e coletivos, do campo, na sua estreita relação com as escolas do campo. Constatamos que essa articulação é um dos principais desafios a serem enfrentados pelo movimento da educação do campo no Brasil.

Palavras-chave: políticas públicas de educação do campo, programa escola da terra, movimentos sociais.

The Escola da Terra Program and teacher formation at UFRRJ

ABSTRACT. The main objective of this article is to present some reflections on the challenges of teacher education in the Escola da Terra Program, considering the pedagogical experiences developed at UFRRJ - Federal Rural University of Rio de Janeiro, in the interface with public policies for rural education. We developed a bibliographical and documentary research, using among the research sources, legislation, ordinances and decrees, as well as theoretical references on rural education and the Escola da Terra Program. We conclude that the collective production of knowledge, in partnership with course participants, teaching staff, tutors, communities and social movements fighting for land, contributed to the appreciation of the stories, memories, desires and identity recognition of the individuals, individual and collective, of the field, in its close relationship with rural schools. We found that this articulation is one of the main challenges to be faced by the rural education movement in Brazil.

Keywords: public policies for rural education, escola da terra program, social movements.

Programa Escola da Terra y formación docente en UFRRJ

RESUMEN. El objetivo principal de este artículo es presentar algunas reflexiones sobre los desafíos de la formación docente en el Programa Escola da Terra, considerando las experiencias pedagógicas desarrolladas en la UFRRJ - Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, en la interfaz con las políticas públicas para el sector rural educación. Desarrollamos una investigación bibliográfica y documental, utilizando entre las fuentes de investigación, legislación, ordenanzas y decretos, así como referencias teóricas sobre educación rural y el Programa Escola da Terra. Concluimos que la producción colectiva de conocimiento, en alianza con los participantes del curso, profesores, tutores, comunidades y movimientos sociales que luchan por la tierra, contribuyó a la apreciación de las historias, memorias, deseos y reconocimiento de la identidad de los individuos, individuales y colectivos, del campo, en su estrecha relación con las escuelas rurales. Encontramos que esta articulación es uno de los principales desafíos que enfrenta el movimiento de educación rural en Brasil.

Palabras clave: políticas públicas de educación rural, programa escola da terra, movimientos sociales.

Introdução

Este artigo tem como objetivo contribuir com o processo de reflexão e análise da experiência do curso de formação continuada de educadoras e educadores das escolas do campo do Estado do Rio de Janeiro. A proposta é estudar como se desenvolveram as experiências de educação do campo, priorizando as práticas pedagógicas do coletivo docente a partir da contribuição do Programa Escola da Terra, coordenado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em parceria com a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP), vinculada ao Ministério da Educação, em articulação com o movimento de educação do campo, Secretaria Estadual e Municipais de Educação que aderiam ao Programa, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR)ⁱ.

No Estado do Rio de Janeiro, a execução do Programa Escola da Terra objetivou promover a formação continuada de educadores que atuam em escolas do campo, aprimorando a interface entre os princípios norteadores da educação do campo e a construção de recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações camponesas, no estreito diálogo com temas integradores, como reforma agrária popular, movimentos sociais, agroecologia, cultura popular e educação ambiental. A UFRRJ, enquanto instituição formadora, desenvolveu o curso de aperfeiçoamento com carga horária de 180 horas, com apoio da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e das Secretarias Municipais de educação do Rio de Janeiro.

Na primeira edição (2018-2019), foram atendidos 122 educadores/as das escolas do campo da rede pública de ensino dos municípios de Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Itaguaí, Japeri, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Paraty e São Francisco de Itabapoana (UFRRJ, 2019). Na segunda edição (2020-2021), foram atendidos 170 educadores/as das escolas do campo da rede pública de ensino dos municípios de Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Japeri e Nova Iguaçu, além de docentes vinculados à Secretaria Estadual de Educação (UFRRJ, 2021).

A reflexão aqui apresentada tem forte vínculo com as discussões e propostas apresentadas durante a execução do Programa Escola da Terra nos períodos de novembro de 2018 a junho de 2019 e abril a dezembro de 2021, no Estado do Rio de Janeiro, através de ampla participação dos educadores/as do campo, num conjunto articulado de ações e processos formativos que envolveram professores formadores da UFRRJ, secretários municipais, gestores de escolas, tutores, coordenadores pedagógicos, secretaria estadual de educação, movimentos sociais e representantes do Ministério da Educação.

Neste texto, mostraremos a relevância dos princípios norteadores da concepção de educação do campo desenvolvida pelos movimentos sociais, enquanto projeto de luta por uma educação pública que reconheça as identidades, memórias e culturas dos sujeitos camponeses, valorizando as práticas concretas de formação desses sujeitos, em defesa do projeto histórico da classe trabalhadora. Nessa conjuntura, refletiremos sobre o papel das políticas públicas de educação do campo, na construção do projeto histórico defendido pela classe trabalhadora, nos movimentos sociais. Ou seja, um projeto educacional que contribua com os trabalhadores/as do campo e seus familiares, na organização de um “movimento de construção de alternativas abrangentes de trabalho, de vida, que rompam com a lógica de degradação humana da sociedade capitalista e que sejam concretamente sustentáveis” (Molina, 2006; Caldart, 2010).

Para tanto, utilizamos a pesquisa qualitativa, com ênfase na pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, desenvolvida predominantemente, em acervos bibliográficos, legislações, portarias, decretos e referenciais teóricos sobre educação do campo. Seu contexto histórico, princípios, conceitos, práticas e marcos legais, bem como, análise de materiais específicos do Programa Escola da Terra, o projeto de curso, documentos institucionais, relatórios, materiais de divulgação e formação.

A experiência do Programa Escola da Terra no Rio de Janeiro marca um território de lutas em defesa da garantia do direito à educação dos diferentes sujeitos do campo, historicamente invisíveis aos olhos do Estado: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas, entre tantos outros. Esse espaço de produção do conhecimento e valorização da educação popular vem se construindo no diálogo estreito com os educadores e as educadoras do campo, enaltecendo a diversidade de tais sujeitos camponeses, bem como, o reconhecimento de seus territórios, enquanto espaços de lutas e resistências.

Com o Programa Escola da Terra foi possível dar visibilidade aos saberes e práticas pedagógicas dos educadores do campo no Estado do Rio de Janeiro, além de sinalizar para as atividades desenvolvidas nos espaços de formação continuada na UFRRJ, através da pedagogia da alternância, com tempos e espaços diferenciados, representados no Tempo Comunidade – TC e Tempo Universidade - TU. Este projeto coletivo contribuiu na formação dos educadores com posturas interrogativas, investigativas e de reflexão crítica dos processos sociais contemporâneos, compreendendo o campo, com suas histórias, valores, identidades,

saberes e os sujeitos, individuais e coletivos, com seus determinantes históricos, políticos, culturais e econômicos (UFRRJ, 2019).

A realidade educacional vivenciada no campo é um grande desafio que se apresenta aos educadores e educadoras que atuam nas escolas do campo com classes multisseriadas. Mesmo com os avanços registrados nas últimas décadas, que se efetivou por meio de políticas públicas e legislações voltadas para atender as especificidades da educação do campo, o cenário que se apresenta na atual conjuntura ainda é um espaço de disputa de projetos hegemônicos antagônicos. De um lado, o agronegócio como símbolo da modernidade, sob a dominação do capital internacional e interesse da classe dominante, numa tendência de controlar as áreas mais extensas do país, através do latifúndio e da monocultura, combinando uso intensivo de agrotóxicos, mecanização e sementes transgênicas. Por outro lado, como forma de contraposição ao projeto burguês, a reforma agrária popular, apresenta-se como projeto de vida que, embora seja protagonizado pelos movimentos sociais, está diretamente associado ao conjunto da classe trabalhadora, representada pelas organizações camponesas e urbanas. Para Stedile (2020, p. 24), a reforma agrária popular “consiste na distribuição massiva de terras a camponeses no contexto de processos de mudanças de poder, nos quais se constituiu uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista e os camponeses”.

As políticas públicas de educação do campo incorporaram ações mais amplas no conjunto da classe trabalhadora, numa intensa articulação com as experiências históricas e de resistência dos sujeitos, individuais e coletivos, do campo pela garantia do direito à educação. Nesse sentido, é possível identificar vários instrumentos que regulamentam a educação do campo, enquanto direito das populações residentes no meio rural. Destacamos os seguintes documentos que incorporam a expressão “educação do campo”: Parecer nº 36/2001 do Conselho Nacional de Educação, a Resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002, que define as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e a Resolução nº 02, de 28 de abril de 2008, que define as Diretrizes Complementares para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Resolução nº 04/2010/CEB/CNE) que reconhece a educação do campo como modalidade de ensino e o Decreto nº 7.352/2010 que institui a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), além do Programa Nacional de Educação do

Campo (PRONACAMPO), instituído pela Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013 (Praxedes & Rossato, 2016).

Em relação às experiências do movimento de Educação do Campo na implementação de políticas públicas educacionais de formação de professores nas escolas com classes multisseriadas, destacamos o Programa Escola Ativa (PEA), implementado no Brasil a partir de 1997. Segundo as definições do MEC, esse programa foi criado para auxiliar o trabalho educativo nas classes multisseriadas das escolas do campo, nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Em 2011, o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) publica uma nota técnica sobre o Programa Escola Ativa. Esta nota apresenta uma análise crítica com o objetivo de avaliar a continuidade do Programa, a partir das diferentes posições sobre multisseriação e o contexto da sua implantação na América Latina (FONEC, 2011). Esse relatório foi fundamental para o redimensionamento de novas propostas construídas no contexto de institucionalização do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e, conseqüentemente, da criação do Programa Escola da Terra, em substituição ao Programa Escola Ativa.

O Programa Nacional de Educação do Campo foi lançado no dia 20 de março de 2012, através da Lei 12.695, com o objetivo de oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios na implementação da política de educação do campo. Nesse contexto, a Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013, cria o Programa Escola da Terra, como uma das ações do PRONACAMPO. Seus objetivos contribuem na implementação de ações de melhoria na infraestrutura das redes públicas de ensino, formação inicial e continuada de professores, produção e disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombolas, com apoio das universidades, secretarias estaduais e municipais (Bicalho, 2017).

O Programa Escola da Terra na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Conforme já sinalizamos, a implantação do Programa Escola da Terra, como uma das ações do PRONACAMPO, foi de fundamental importância para inserção da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) junto às comunidades rurais no Estado. O Programa foi coordenado pela UFRRJ, Campus Seropédica, nos períodos de novembro de 2018 a junho de 2019 (primeira edição) e abril a dezembro de 2021 (segunda edição). A execução do Programa envolveu educadores(as) do Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade; parceiros de outras Instituições Públicas, nas áreas de História, Agroecologia, Educação Popular e Ciências Sociais; educandos(as) egressos(as) da

Licenciatura em Educação do Campo, além do Programa de Educação Tutorial – PET Educação do Campo e Movimentos Sociais, numa intensa troca de conhecimentos com os educadores da educação básica nos seguintes municípios do Estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Itaguaí, Japeri, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Paraty e São Francisco de Itabapoana (primeira edição); e Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Japeri e Nova Iguaçu, além de docentes vinculados à Secretaria Estadual de Educação (segunda edição).

A oferta do Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo – Escola da Terra, vigorou como ação de formação continuada. Este Programa atendeu, na primeira edição, 122 professores, na segunda, 170 docentes em exercício nas escolas do campo, quilombolas e indígenas, dando continuidade às ações de formação da SECADI/MEC, em colaboração com os municípios e o Estado do Rio de Janeiro. Este curso contribuiu com a garantia da educação de qualidade na rede pública de ensino, condizente com uma organização curricular que respeitou as especificidades do campo e o reconhecimento de que a formação continuada dos educadores é estratégica na construção de um projeto educacional emancipador nas escolas do campo.

O objetivo principal do curso foi promover a formação continuada de educadores das classes multisseriadas nas escolas do campo, aprimorando a interface entre os princípios da educação do campo e os movimentos sociais, no estreito diálogo com os fundamentos da agroecologia na formação docente do estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o curso contribuiu no desenvolvimento de experiências pedagógicas e estratégias educativas de intervenção qualitativa na realidade das escolas do campo, sistematizando e produzindo materiais didáticos que possibilitaram o apoio pedagógico às atividades docentes (UFRRJ, 2019).

Em relação aos procedimentos metodológicos, além da formação presencial com aulas expositivas na primeira edição e remotas na segunda, aproveitamos as rodas de conversa e experiências de vida dos cursistas, para o desenvolvimento de materiais pedagógicos nas escolas do campo com classes multisseriadas. O curso definido como de aperfeiçoamento foi organizado em períodos formativos complementares e inter-relacionados, na perspectiva da alternância pedagógica, com duração de 180 horas, divididos em quatro módulos.

Na primeira edição, cada módulo teve 45 horas/aula, divididos da seguinte forma: 25 horas/aula para o Tempo Universidade - TU, com encontros presenciais na UFRRJ e 20 horas/aula para o Tempo Comunidade - TC, com períodos formativos, acompanhamento

pedagógico, orientações realizadas em serviço e acompanhadas pela equipe pedagógica e tutores dos municípios.

Tais acompanhamentos pedagógicos têm como matriz os elementos contidos no Parecer n. 01/2006, que analisa os dias letivos para aplicação da pedagogia de alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), tais como: visitas de estudos, cadernos de síntese da realidade, minicursos, palestras, debates e acompanhamento de leituras. Os tutores são essenciais nestas atividades. Eles são os assessores pedagógicos responsáveis pelo acompanhamento do professor cursista nos Tempos, Universidade e Comunidade, articulando a proposta pedagógica do curso com a prática de formação desenvolvida.

Na segunda edição, com encontros remotos, foi implementada a seguinte programação: Junho de 2021: Apresentação do Programa Escola da Terra. Concepção e conceitos. Apresentação do percurso formativo do Escola da Terra, perspectivas e desafios. Introdução à educação do campo. Trajetória do Movimento Nacional “Por uma Educação do Campo”. Marcos Normativos da Educação do Campo: Resoluções, Portarias e Decretos. Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação do Campo. Julho de 2021: Políticas públicas de Educação do Campo: PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO. Histórico da Pedagogia da Alternância no Brasil. Instrumentos da Pedagogia da Alternância. Limites e possibilidades. Educação e Cultura Popular. Encontros com a Área de Ciências Humanas e Sociais (Bicalho, 2018b).

Agosto de 2021: Os desafios da Educação Popular e a Educação do Campo no Brasil. Experiências de Educação do Campo nas Universidades e Licenciaturas em Educação do Campo. Paulo Freire e o estudo da realidade nas práticas pedagógicas da educação do campo. Encontros com a Área de Linguagens. Setembro de 2021: Experiências do Programa Escola da Terra no Estado de Tocantins. Interfaces entre Educação do Campo, Agroecologia e Cultura Popular. Escola da Terra: breve histórico de sua trajetória nacional. Apresentação e socialização das experiências desenvolvidas ao longo da formação nos municípios. Outubro de 2021: Confeção de dois livros, com intensa participação dos cursistas. Encontros com a Área de Agroecologia. Encontros com a Área de Matemática. Novembro de 2021: Elaboração da versão final dos livros.

O material didático de cada módulo contribuiu com a práxis docente, numa perspectiva de formação crítica, dialética e emancipadora nas escolas do campo, além de temáticas que tratam, especialmente, das classes multisseriadas, nucleação, fechamento das escolas, políticas públicas de educação do campo e as questões referentes à realidade educacional

contemporânea, na estreita relação com os princípios da agroecologia e as diversas lutas dos movimentos sociais camponeses. Os cursistas foram distribuídos em grupos de trabalhos temáticos com a participação de professores pesquisadores da UFRRJ e convidados. Ao final, os trabalhos desenvolvidos pelos cursistas, fizeram parte do livro: *Classes multisseriadas, práticas pedagógicas e estudo da realidade nas escolas do campo do Estado do Rio de Janeiro* (UFRRJ, 2019).

Na primeira edição, o curso foi ofertado presencialmente para duas turmas concentradas em dois municípios-polos do Estado do Rio de Janeiro: Seropédica e Campos dos Goytacazes. A escolha dos municípios-polos se deu pela localização da UFRRJ, presente nos municípios acima mencionados. Outro critério foi a demanda apresentada nesses territórios, considerando, a priori, a relação de adesão feita no SIMECⁱⁱ, além da possibilidade de maior acesso aos cursistas e professores formadores. Acrescente-se que as estruturas destas cidades otimizaram a realização das atividades, como escolas do campo, Campus da UFRRJ e participação dos movimentos sociais.

Para cada turma foram realizados quatro encontros presenciais de 25 horas, denominados de Tempo Universidade, num total de, aproximadamente, 100h. Em relação ao Tempo Comunidade, aproximadamente, 80 horas, sendo 20 horas por cada módulo de formação. O curso implantou ferramentas à distância para atendimento aos cursistas e trocas de experiências. Essas ferramentas foram de grande importância para aproximar a equipe pedagógica e os cursistas dos diferentes municípios no Rio de Janeiro.

No Tempo Universidade (TU) os educadores permanecem, efetivamente, no espaço de formação acadêmica, em contato, com os saberes teóricos e, em articulação, com os saberes da experiência e realidade camponesa. Neste espaço, privilegiam-se a produção do conhecimento científico, acadêmico e popular. Em cada módulo, as áreas de conhecimento, os conceitos e conteúdos planejados foram aprofundados, com a finalidade de valorizar os aspectos trabalhados no cotidiano da sala de aula, numa perspectiva de integração com a realidade do campo.

O Tempo Comunidade (TC) se constitui num espaço de articulação e consolidação de antigos e novos conhecimentos, propiciando o diálogo entre os saberes do campo, acadêmicos e escolares. Em consonância com os princípios da alternância pedagógica, o professor cursista vivencia o planejamento coletivo construído no Tempo Universidade, sem ignorar a necessidade de ajustá-lo em função da realidade local de cada escola. O Tempo Comunidade é caracterizado pela elaboração e desenvolvimento dos projetos de intervenção social e

pedagógica pelos cursistas, sendo esta uma atividade estratégica na integralização da formação. O acompanhamento pedagógico é realizado, sistematicamente, pelos professores formadores, pesquisadores e tutores, responsáveis pela orientação dos projetos de intervenção.

Importante aqui sinalizar o aproveitamento das diversas experiências implantadas na UFRRJ, vinculadas à Licenciatura em Educação do Campo e a Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular – CASTE. A CASTE é um espaço de fortalecimento de programas e projetos de educação popular na UFRRJ, Campus Seropédica. Durante a formação, esta estratégia contribuiu na socialização e interação dos cursistas com os estudantes da UFRRJ e os movimentos sociais do campo (Bicalho & Abbonizio, 2016).

Na primeira edição, os conteúdos dos quatro módulos realizados no Tempo Universidade e Tempo Comunidade foram desenvolvidos de forma integrada. O projeto do curso teve toda sua estrutura curricular focada na formação continuada dos cursistas, como sujeito histórico, com suas problemáticas e contextualização. Foi fundamentada na proposta metodológica do materialismo histórico dialético, na concepção de educação popular e do campo. Os módulos sinalizaram que a desigualdade da sociedade atual é fruto da estrutura classista, materializada na propriedade privada dos meios de produção e subsistência. Essa desigualdade repercute tanto na cidade como no campo. No entanto, o campo possui indicadores socioeconômicos com uma assimetria bem maior.

O desenvolvimento deste curso de aperfeiçoamento nas duas edições privilegiou as políticas públicas de educação do campo na interface com a história dos movimentos sociais de luta pela terra. Os princípios filosóficos tiveram a intenção de aprofundar as concepções mais gerais em relação à educação, ao trabalho e a emancipação humana, com possibilidades de avançar para além da sociabilidade do capital. Trabalhou-se na organização dos componentes curriculares, por área de conhecimento, dando destaque especial aos conteúdos formativos socialmente relevantes, por meio da pedagogia da alternância. Segundo Pereira (2003), a pedagogia da alternância utiliza como matéria-prima, o conhecimento produzido pelos sujeitos, individuais e coletivos, no seu cotidiano. A apropriação desse conhecimento ocorreu através das pesquisas que os cursistas desenvolveram, com o objetivo de conhecer a realidade onde residem e trabalham, buscando no saber empírico da família e comunidade, subsídios para as escolas do campo no seu planejamento.

As atividades dos módulos formativos privilegiaram os seguintes conteúdos transversais: política públicas de educação do campo, produção agroecológica, direitos humanos, classes multisseriadas, nucleação, violência no contexto campestre, luta pelo

direito à terra, movimentos sociais, escolas do campo e fechamentos das escolas. A estrutura curricular básica de todo projeto se expressou, especialmente na primeira edição, da seguinte forma:

No módulo I: Introdução à educação do campo, com os seguintes tópicos: Concepção e conceitos do Programa Escola da Terra. Apresentação do percurso formativo do Escola da Terra, perspectivas e desafios. Trajetória do movimento nacional por uma educação do campo. Marcos normativos da educação do campo: resoluções, portarias e decretos. Fundamentos teóricos e metodológicas da educação do campo. Políticas públicas de educação do campo: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO e Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO (Bicalho & Silva, 2016; Bicalho, 2018a).

No módulo II: Educação do campo: sujeitos, escolas, cultura popular e estudo da realidade, com os seguintes tópicos: Educação do campo, como direito humano no contexto da política de desenvolvimento e igualdade social. Reflexões acerca das propostas curriculares emancipadoras nas escolas do campo. Escola do campo: organização curricular e interdisciplinaridade. Práticas pedagógicas nas classes multisseriadas. Paulo Freire e o estudo da realidade nas práticas pedagógicas da educação do campo.

No módulo III: Ciências da natureza e agroecologia, os seguintes tópicos: Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas e culturais das populações camponesas. Democratização do acesso a terra e a luta pela reforma agrária. Território camponês e quilombola: aspectos históricos e geográficos. Relação local/global, rural/urbano e cidade/campo. Concepções de campo, território e cultura camponesa. Os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase nas escolas multisseriadas do campo. Ensino de Ciências da Natureza nas escolas multisseriadas do campo. Desenvolvimento sustentável e os princípios da agroecologia. Articulação entre saberes escolares e camponeses. Contribuições da educação ambiental nas práticas pedagógicas vinculadas aos princípios da educação do campo.

No módulo IV: I Encontro do Programa Escola da Terra no Estado do Rio de Janeiro, com os seguintes tópicos: Escola do campo: possibilidades de emancipação dos sujeitos, individuais e coletivos. Socialização das experiências de formação desenvolvidas. Análise qualitativa de implementação dos percursos formativos do Programa Escola da Terra no Estado do Rio de Janeiro, considerando as dimensões técnico-pedagógicas, jurídico-

administrativos e operacionais. O quarto módulo, seguindo a mesma perspectiva que os anteriores, foi realizado através de palestras, minicursos, exposição de trabalhos e relato de experiências dos cursistas com os projetos de intervenção local, além de apresentação dos trabalhos de conclusão de curso e mesas redondas referentes às políticas públicas de educação do campo (UFRRJ, 2019).

Nas duas edições, a avaliação do processo de formação foi contínua e permanente. Considerou-se a participação dos professores cursistas nos momentos presenciais da formação, bem como a realização das atividades nos projetos de intervenção, acompanhadas pelos tutores no Tempo Comunidade. O processo avaliativo do curso aconteceu por meio de instrumentos elaborados pelos professores formadores, com questões referentes aos aspectos estruturais, pedagógicos, conteudistas, coordenação e participação coletiva nos processos formativos dos sujeitos envolvidos nesse curso de aperfeiçoamento.

O processo avaliativo contribuiu para ampliar a responsabilidade, individual e coletiva, dos sujeitos, tendo como eixo central, a autoavaliação na superação das dificuldades e novas aprendizagens. Outro importante instrumento avaliativo realizado com os cursistas foi a produção de artigos científicos e a confecção de banners com a síntese dos trabalhos desenvolvidos. Na primeira edição, a culminância desses trabalhos ocorreu no módulo 4 – I Encontro do Programa Escola da Terra no Estado do Rio de Janeiroⁱⁱⁱ.

Nos módulos foram utilizados instrumentos de avaliação quanti-qualitativo, contemplando as vozes dos representantes de todos os municípios presentes na formação, através de questionários abertos, rodas de conversa e entrevistas, ao final de cada módulo. Estes instrumentos possibilitaram o *feedback* ao MEC/SEMESP sobre a formação desenvolvida na UFRRJ e aquelas mediadas pelos tutores, responsáveis pela formação e acompanhamento das atividades do Programa nos municípios. Todo o processo avaliativo considerou a utilização do material produzido nos módulos, em observância aos seguintes aspectos:

1) Formação: O acompanhamento pedagógico e a gestão da formação continuada foram realizados pela equipe da UFRRJ, com participação dos tutores das redes municipais e estadual selecionados, considerando: sistematização, acompanhamento, orientação, produção e validação dos relatórios, além das possíveis articulações entre a formação implementada no Programa Escola da Terra e a operacionalização prática dos tutores nos municípios de sua abrangência.

2) Ações do Programa Escola da Terra: Visitas de acompanhamento pedagógico nas escolas do campo pelos tutores. Acompanhamento das atividades remotas junto às turmas, contribuindo com os conhecimentos adquiridos no Tempo Universidade. Produção de relatório mensal referente às duas turmas do Programa Escola da Terra. O relatório de acompanhamento foi elaborado pelo tutor da escola do campo, responsável pela assessoria pedagógica. O coordenador estadual e a equipe da UFRRJ realizaram a sistematização e enviou à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). Esta equipe de formação pedagógica acompanhou o desenvolvimento dos cursistas nos Tempos, Universidade e Comunidade, emitindo relatórios sobre os desafios e as estratégias de aprimoramento do curso, melhorando os índices educacionais nos territórios camponeses.

3) Cursistas: Eles foram avaliados, em conformidade, com os 75% de frequência mínima da carga horária total de cada módulo. Foram utilizadas avaliações dos materiais produzidos, bem como participação nos módulos no Tempo Universidade e Tempo Comunidade. A avaliação processual, contínua e dinâmica, teve caráter formativo, sendo realizada pela equipe de professores formadores e tutores. Nas duas edições, a UFRRJ emitiu certificado para todos os cursistas que realizaram, satisfatoriamente, a maior parte das atividades oferecidas no curso de aperfeiçoamento (UFRRJ, 2019).

Neste trabalho, realizamos uma sucinta abordagem do contexto que deu origem às políticas públicas de educação do campo, indicando, especialmente, os principais aspectos do Programa Escola da Terra. Oriundas da mobilização das organizações e movimentos sociais, essas políticas públicas evidenciam que a luta pela reforma agrária popular transcende à luta pela terra, uma vez que compreende a ocupação de diversos outros espaços vinculados à educação popular.

O Programa Escola da Terra necessita ser cada vez mais debatido e aprofundado no âmbito das políticas públicas de educação do campo. Neste contexto, identificamos incontáveis ações que se articulam, por exemplo, com a agricultura familiar, agroecológica e orgânica na interface com os movimentos sociais do campo. Visualizamos, no Programa, conquistas significativas no que diz respeito à formação emancipadora dos educadores e educadoras do campo, em parceria com as universidades públicas, secretarias municipais e estaduais de educação.

Considerações finais

Os debates acerca da educação do campo não podem ser compreendidos distante das políticas públicas de formação dos sujeitos, individuais e coletivos, e a organização de uma outra sociedade. Na construção de um projeto popular camponês, a elaboração de tais políticas revela um dos maiores desafios para os movimentos sociais, a necessidade de diálogo com os órgãos do governo. Historicamente, o estado brasileiro dispensou qualquer representatividade dos povos camponeses na idealização e consolidação de suas políticas e programas. Na atual conjuntura, ressalta-se a importância da organização popular para cobrar do Estado a efetivação dos compromissos históricos com os povos camponeses (Bicalho & Silva, 2016).

O movimento pela educação do campo reivindica políticas públicas específicas e tem sua gênese no protagonismo das organizações e movimentos sociais nos quais se sustentam. Na medida em que se eleva a consciência do povo sobre seus direitos, novas políticas públicas são exigidas, justificando a organização e engajamento dos movimentos sociais nesta luta. Queremos salientar que as produções do conhecimento pautadas nos dados coletados e nas observações efetuadas não foram isentas de valores. A construção crítica e coerente do saber não é neutra. Assim, a história pessoal dos autores permeou todo o desenvolvimento desse trabalho. Esperamos, dessa forma, estimular a produção de leituras e reflexões que contemplem a formação dos educadores/as do campo.

Por fim, é importante novamente registrar que o Programa Escola da Terra e as inúmeras formações por ele proporcionadas contribuíram, direta e indiretamente, na formação de centenas de educadores nas escolas do campo do Rio de Janeiro, especialmente, os municípios de Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Paraty e São Francisco de Itabapoana. Sugiro aos leitores a continuidade desses estudos com o objetivo de compreender a relevância e amplitude do Programa Escola da Terra, enquanto política pública de formação docente e fortalecimento das relações, individuais e coletivas, com os movimentos sociais camponeses.

Nesse processo de construção histórica prevaleceu o respeito às diferenças e a valorização da identidade cultural dos povos camponeses e seus movimentos sociais, propondo uma educação inclusiva, questionadora e democrática, presente em inúmeras escolas do campo e diversas experiências de educação popular vinculadas aos movimentos sociais de luta pela terra, espalhados por esse Brasil afora. Os educadores e educadoras das

escolas do campo no Rio de Janeiro aguardam ansiosamente a terceira edição do Programa Escola da Terra no Estado.

Referências

Bicalho, R. (2017). História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. *Teias*, 18(51), 210-224. <https://doi.org/10.12957/teias.2017.24758>

Bicalho, R. (2018a). Interfaces da educação do campo e movimentos sociais: possibilidades de formação. *Revista Pedagógica*, 20(1), 81-100. <https://doi.org/10.22196/rp.v20i43.3882>

Bicalho, R. (2018b). Reflexões sobre o PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo. *ECCOS – Revista Científica*, 45(1), 221-236. <https://doi.org/10.5585/eccos.n45.7783>

Bicalho, R., & Abbonizio, A. C. O. (2016). A pedagogia da alternância e a Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: o ensino médio e a formação de educadores do campo. *Dialogia*, 23(1), 69-79. <https://doi.org/10.5585/dialogia.N23.6244>

Bicalho, R., & Silva, M. A. (2016). Políticas públicas em educação do campo: PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO. *Revista Eletrônica de Educação*, 2(10), 135-144. <https://doi.org/10.14244/198271991549>

Caldart, R. S. (Org.). (2010). *Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular.

Nota Técnica sobre o Programa Escola Ativa: uma análise crítica. (2011). Fórum Nacional de Educação do Campo. Brasil, FONEC.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2019). *Censo Escolar da Educação Básica 2019*. Notas Estatísticas. Brasília: Ministério da Educação. Recuperado de http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6798882

Molina, M. C. (2006). *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Pereira, E. A. (2003). *Formação de jovens e participação social: um estudo sobre a formação de três jovens da Escola Família Agrícola de Porto Nacional* (Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa/Université de Tours, Lisboa/Tours.

Praxedes, W. L., & Rossato, G. (2016). *Fundamentos da educação do campo: História, legislação, identidades camponesas e pedagogia*. São Paulo: Edições Loyola.

Programa Escola Ativa – Projeto Base. (2010). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação.

Stedile, J. P. (2020). Conceitos e tipos de reforma agrária. In Stedile, J. P. (Org.). *Experiências históricas de reforma agrária no mundo* (pp. 15-28). São Paulo: Expressão Popular.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. (2019). *Projeto de Curso Escola da Terra*. 1ª Edição. Oferta 2018-2019. Rio de Janeiro.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. (2021). *Projeto de Curso Escola da Terra*. 2ª Edição. Oferta 2020-2021. Rio de Janeiro.

ⁱ O Plano de Ações Articuladas é um instrumento de planejamento da educação por um período de quatro anos. É um plano estratégico de caráter plurianual e multidimensional que possibilita a conversão dos esforços e das ações do Ministério da Educação, das Secretarias de Estado e Municípios. A elaboração do PAR é requisito necessário para o recebimento de assistência técnica e financeira do MEC/FNDE, de acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 14 de 08 de junho de 2012.

ⁱⁱ O Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) é um portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas on-line do governo federal na área da educação. É no SIMEC que os gestores verificam o andamento dos Planos de Ações Articuladas em suas cidades.

ⁱⁱⁱ O I Encontro do Programa Escola da Terra no Estado do Rio de Janeiro, ocorreu nos dias 14, 15 e 16 de maio na UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Campus I – Seropédica.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 27/01/2022
Aprovado em: 06/04/2022
Publicado em: 28/05/2022

Received on January 27th, 2022
Accepted on April 06th, 2022
Published on May, 28th, 2022

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Bicalho, R., Macedo, P. C. S., & Estevam, S. P. (2022). O Programa Escola da Terra e a formação docente na UFRRJ. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e13827. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13827>

ABNT

BICALHO, R.; MACEDO, P. C. S.; ESTEVAM, S. P. O Programa Escola da Terra e a formação docente na UFRRJ. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 7, e13827, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13827>